

Serão assim tão diferentes o programa do governo PSD/CDS e o programa do grupo de economistas PS?

## O PROGRAMA DO GOVERNO PSD/CDS E O PROGRAMA GRUPO DE ECONOMISTAS DO PS NÃO SÃO TÃO DIFERENTES COMO OS MEDIA PRETENDEM FAZER CRER

António Costa tem insistido na ideia, repetida quase até à exaustão, de que as medidas constantes do documento do grupo de economistas do PS resolvem a “*quadratura do círculo*”, ou seja, permitem a Portugal ter uma política de crescimento económico, de criação de emprego e de redução rápida do desemprego, etc., mantendo-se na zona euro e respeitando as regras do Tratado Orçamental (reduzir rapidamente o défice orçamental e, ao mesmo tempo, reduzir a dívida pública para 60% do PIB num prazo de 20 anos), sendo mesmo “*uma alternativa estratégica da atual maioria*”, como afirma João Galamba.

Por outro lado, aproveitando o facto da maioria dos portugueses não conhecerem detalhadamente os conteúdos do “Programa de Estabilidade 2015-2019” do governo PSD/CDS e do documento elaborado pelo grupo de economistas do PS, órgãos da comunicação social assim como comentadores que têm acesso privilegiado a eles têm procurado fazer passar a mensagem junto da opinião pública que são documentos muito diferentes, cuja aplicação dariam origem a políticas muito diferentes e também a resultados muito diferentes. Por isso interessa analisá-los com objetividade fornecendo informação que permita a cada leitor tirar as suas próprias conclusões.

### SERÃO OS PROGRAMAS DO PSD/CDS (PEC:2015/2019) E O PROGRAMA DO GRUPO DE ECONOMISTAS DO PS ASSIM TÃO DIFERENTES?

Para que a análise comparativa seja mais fácil reunimos no quadro 1 as principais previsões (compromissos e objetivos) constantes dos dois documentos (Programa de Estabilidade do governo PSD/CDS e documento do grupo de economistas do PS)

**Quadro 1 – As previsões quantificadas do governo PSD/CDS e do grupo de economistas do PS**

RUBRICAS	2014	2015		2016		2017		2018		2019	
	Milhões euros	PSD/CDS	Grupo PS	PSD/CDS	Grupo PS	PSD/CDS	Grupo PS	PSD/CDS	Grupo PS	PSD/CDS	Grupo PS
<b>PIB - variação anual real</b>	170.924	1,6%	1,6%	2,0%	2,4%	2,4%	3,1%	2,4%	2,6%	2,4%	2,3%
PIB - variação anual nominal	173.053	2,9%	2,6%	3,5%	3,5%	3,8%	5,0%	3,8%	4,4%	3,8%	4,3%
PIB - nominal - Milhões €	173.053	178.072	177.552	184.304	183.767	191.308	192.955	198.577	201.445	206.123	210.107
<b>Remuneração trabalhador - euros - variação anual</b>	20.300	0,6%	0,7%	1,0%	0,0%	1,3%	-0,1%	1,5%	-0,4%	1,5%	0,6%
<b>Custos unitários do trabalho-v.a.</b>			-0,2%		-1,0%		-1,2%		-1,4%		-0,4%
<b>Criação emprego - variação anual</b>	4.513	0,6%	0,7%	0,8%	1,4%	0,9%	1,9%	0,9%	1,6%	1,0%	1,3%
Taxa de desemprego - % pop. Ativa	13,9%	13,2%	13,6%	12,7%	12,2%	12,1%	10,2%	11,6%	8,6%	11,1%	7,4%
Consumo privado - variação anual	113.384	1,9%	1,8%	1,9%	2,0%	2,1%	3,1%	2,1%	2,6%	2,1%	2,3%
Consumo público - variação anual	32.211	-0,7%	-0,3%	0,1%	-0,4%	0,1%	-0,1%	0,2%	-0,1%	0,2%	-0,2%
FBCF-Total - variação anual	25.335	3,8%	2,9%	4,4%	7,8%	4,9%	8,4%	4,9%	4,7%	4,0%	4,4%
<b>FBCF-Publico - em % do PIB</b>	3.487	2,3%	1,9%	2,2%	2,9%	2,2%	3,0%	2,3%	2,8%	2,2%	2,6%
<b>Exportações -variação anual</b>	48.181	4,8%	5,0%	5,5%	5,9%	5,7%	6,3%	5,7%	6,0%	5,8%	5,8%
<b>Prestações sociais-em % PIB</b>	34.092	19,4%	19,8%	19,1%	19,1%	18,9%	18,7%	18,6%	18,1%	18,3%	17,8%
<b>Despesas Pessoal- em % PIB</b>	20.482	11,1%	11,1%	10,9%	10,8%	10,5%	10,4%	10,2%	10,0%	9,9%	9,8%
Juros - em % do PIB	8.580	5,0%	4,9%	4,3%	4,8%	4,1%	4,5%	3,8%	4,4%	3,5%	4,2%
Saldo orçamental - em % do PIB (em 2014: -4,8% do PIB)	-8.426	-2,7%	-3,2%	-1,8%	-3,0%	-1,1%	-2,5%	-0,6%	-1,7%	0,2%	-1,0%
<b>Saldo Primário - em % do PIB (em 2014: -0,5% do PIB)</b>	-825,2	2,2%	1,7%	2,6%	1,8%	3,0%	2,1%	3,2%	2,8%	3,7%	3,2%
Dívida Pública - em % do PIB (ótica Maastrich)	130,2%	124,2%	130,2%	121,5%	128,8%	116,6%	125,2%	112,1%	121,8%	107,1%	117,6%
Dívida Pública - Milhões € (ótica Maastrich)	234.585	221.165	231.173	223.929	236.692	223.065	241.580	222.605	245.360	220.758	247.086

FONTE: Uma década para Portugal - Grupo de economistas do PS; Programa de Estabilidade: 2015-2019 - Governo PSD/CDS

Começamos pelo crescimento económico, ou seja, o crescimento real do PIB. Se calcularmos a média dos 5 anos, conclui-se que a taxa média de crescimento real do PIB prevista no Programa de Estabilidade do governo PSD/CDS é de 2,2% ao ano, enquanto a prevista pelo grupo de economista do PS é 2,4% ao ano, portanto a diferença de crescimento é muito reduzida. Mesmo calculando o valor nominal do PIB em 2019, o qual incorpora o aumento de preços, obtém-se, ao fim dos 5 anos, para a proposta do PSD/CDS, 206.123 milhões € e para a proposta do grupo de economista do PS 210.107 milhões €, ou seja, mais 3.984 milhões €, portanto também a diferença de crescimento nominal da riqueza não é significativa.

## Serão assim tão diferentes o programa do governo PSD/CDS e o programa do grupo de economistas PS?

Em relação à remuneração por trabalhador, se fizermos as mesmas contas, ou seja, se calcularmos a média dos 5 anos, obtém-se para o PSD/CDS um aumento médio anual de 1,2% e para o do grupo de economistas do PS uma subida da remuneração média de apenas 0,2% por ano, prevendo-se no documento do grupo PS simultaneamente uma redução média dos custos unitários do trabalho de -0,8% ao ano (*no do PSD/CDS tal previsão não consta; para os economistas do PS, pelo menos para estes, parece que temos novamente a defesa da teoria do aumento da competitividade através da redução dos custos do trabalho, à custa da redução da TSU, tão criticada pelo SG do PS*).

A nível de criação anual de emprego (0,8% ano no programa do PSD/CDS, e de 1,4% ao ano no programa do grupo de economistas do PS), e da redução da taxa de desemprego (em 2019, atingir-se-ia 11,1% segundo o PSD/CDS, e 7,4% segundo o grupo do PS) é que as diferenças seriam maiores. É uma área importante, por isso exige maior reflexão.

E a questão que se coloca para reflexão é a seguinte: Como se poderá obter a diferença de 3,7 pontos percentuais na taxa de desemprego (*são mais 194.000 empregos*) entre a previsão do PSD/CDS e a do grupo de economistas do PS com apenas 0,2 pontos percentuais de diferença de crescimento económico? Para além disso, se analisarmos as taxas de crescimento do investimento e do consumo públicos, que são efetivamente as variáveis mais importantes sobre as quais o governo pode atuar, as conclusões a que se chegam não são animadoras. Assim calculando a média dos cinco anos chega-se à conclusão que, em ambos os programas (PSD/CDS e PS), a taxa média de investimento público corresponde apenas a 2,2% do PIB (*tenha-se presente que, segundo o Eurostat, em 2010, a taxa de investimento público foi de 5,3% do PIB - no período 2013/2009 a taxa média anual foi de 3,9% - e que em 2014 a taxa de investimento público correspondeu a 2% do PIB quando a média na U.E foi 2,9% do PIB*). Em relação ao consumo público a previsão é ainda pior. No Programa de Estabilidade do PSD/CDS defende-se um crescimento médio anual de 0%, e no Programa do grupo de economistas do PS uma redução média anual de -0,2% no período 2005-2019. São certamente valores que têm de ser alterados.

Para além da taxa desemprego, as outras diferenças entre os dois programas (*o Programa de Estabilidade 2015-2019 do PSD e Programa do grupo de economistas PS*) situam-se nos valores do saldo orçamental final (em 2019, PSD/CDS: +0,2%; Grupo PS: -1%), no saldo primário final (em 2019: PSD/CDS: +3,7%; Grupo PS: +3,2%); na dívida pública (em 2019, PSD/CDS: 220.758M€; grupo PS: 247.086M€); no consumo privado (taxa de crescimento medio anual no período 2015/2019: PSD/CDS:2%; grupo PS: 2,4%); e no investimento (FBCF) total (taxa média anual de crescimento no período: PSD/CDS: 4,4%; grupo PS: 5,6%). E como rapidamente se conclui as diferenças ou não são grandes (ex: saldos orçamentais, dívida pública, consumo privado), ou então não dependem de fatores controláveis pelo governo (investimento privado, exportações).

### **O CARATER MAIS SOCIAL DO PROGRAMA DO GRUPO DE ECONOMISTAS PS**

João Galamba, um dos economistas que integrou o grupo dos doze, num artigo que publicou no Diário Económico de 27.4.2015, com o título *“Uma alternativa para Portugal”*, refere o carácter social do programa do grupo já que ele dá *“prioridade à reposição dos mínimos sociais (abonos, CSI, RSI), à reposição integral dos cortes salariais da função pública, ao fim da sobretaxa, à redução da TSU para os trabalhadores e ao complemento salarial para os trabalhadores pobres”*. E fala também que *“é possível ter um PIB maior e mais sustentável; é possível mais e melhor emprego; é possível ter menos pobreza e menos desigualdade; é possível ter melhores serviços públicos”*

Já analisamos anteriormente a consistência de alguns destes últimos objetivos, nomeadamente *“ter um maior PIB e mais sustentável”* (o objetivo anual de crescimento real do PIB para o PSD/CDS é de 2,2%, enquanto para o grupo PS é de 2,4%, portanto a diferença de crescimento não é muito “maior”); *“mais e melhor emprego”* (será possível ter melhor emprego com menores custos unitário do trabalho, como pretende o PS?). Após a reflexão anterior, interessa agora fazer o mesmo em relação à consistência dos outros objetivos.

Afirma-se que se pretende *“repor os mínimos sociais (abonos, CDI e RSI)”*, e *“ter menos pobreza e desigualdade”*, que são objetivos importantes partilhados por milhões de portugueses. No entanto, e como consta do quadro 1, as despesas com *“prestações*

## Serão assim tão diferentes o programa do governo PSD/CDS e o programa do grupo de economistas PS?

*sociais*” diminuem, entre 2015 e 2019, no programa do PSD/CDS de 19,4% para 18,3% do PIB (-1,1 p.p.), e no programa do grupo PS de 19,8% para 17,8% do PIB (-2 p.p.). Pretende-se *“melhores serviços públicos”* mas ao mesmo quer-se reduzir as despesas de pessoal das Administrações Públicas, entre 2015 e 2019, como consta também do quadro 1, segundo o Programa do governo PSD/CDS de 11,1% para 10,2% do PIB (-1,1 p.p.), e do Programa do grupo PS de 11,1% para 9,8% do PIB.

Uma questão importante também associada às duas anteriores – despesas com prestações sociais e despesas com pessoal – é a redução do saldo orçamental negativo, e o aumento do saldo primário positivo primário que se pretende alcançar em 2019, assim como a redução da dívida pública, já que todos estes objetivos, para serem alcançados, têm subjacentes cortes elevados nas despesas públicas ou pelo menos uma contenção muito grande na despesa pública. E como mostram os dados quadro 1, o governo PSD/CDS pretende que o saldo orçamental seja em 2019 positivo (+0,2% do PIB), que o saldo primário seja positivo e elevado (+3,7% do PIB), e que dívida pública seja reduzida, entre 2015 e 2019, 130,2% do PIB para 107,1%; e o grupo de economistas do PS pretende ter, em 2019, o défice orçamental reduzido para -1% do PIB, um défice primário elevado de + 3,2%, e uma dívida pública que corresponda a 117,6%. Portanto, são objetivos todos eles (os do PSD/CDS e do PS) exigentes que obrigariam a uma forte contenção da despesa pública. E é neste contexto fortemente restritivo que terão de ser analisados a consistência dos objetivos proclamados por António Costa e por João Galamba de *“de ter um PIB maior e mais sustentável, ter mais e melhor emprego, ter menos pobreza e menos desigualdade, e ter melhores serviços públicos”*. São objetivos positivos e importantes que não se compadecem apenas com desejos e boas intenções e que, por isso, necessitam de instrumentos e meios adequados pois, caso contrário, só se criam ilusões com efeitos graves na consciência democrática dos portugueses.

### **A TROCA DE MAIOR RENDIMENTO DISPONÍVEL PARA OS TRABALHADORES POR MENORES PRESTAÇÕES FUTURAS E MAIS LUCROS PARA OS PATRÕES**

No estudo anterior analisamos os efeitos da redução da TSU em 8 pontos percentuais (4 para os trabalhadores e 4 para os patrões) quer a nível da sustentabilidade financeira da segurança social quer na competitividade das empresas. No entanto, há outro aspeto do problema para o qual é importante chamar a atenção dos leitores. E este prende-se com a forma como se pretende fazer a redução da TSU paga pelas entidades patronais para a Segurança Social, procurando torná-la *“aceitável”* pelos trabalhadores.

E isto porque ao se associar a redução da taxa contributiva dos patrões à redução da taxa contributiva dos trabalhadores, o que se pretende é enfraquecer a oposição dos trabalhadores à redução da taxa de contribuição dos patrões, pois também recebem uma parte da descapitalização/destruição da Segurança Social, já que ao se reduzir a contribuição dos trabalhadores, estes ficam com mais alguns euros de rendimento disponível (em média mais 10€ em cada um de 3 anos), esperando que não se lembrem que vão receber menores prestações sociais no futuro (subsídio de doença, subsídio de doença, pensão de invalidez ou de velhice), e que isso servirá de pretexto (camuflagem) para reduzir a taxa contributiva dos patrões e assim aumentar os seus lucros à custa da descapitalização da Segurança Social, ou seja, de menores prestações sociais pagas no futuro aos trabalhadores. E isto porque as receitas previstas para compensar a perda de receita para a Segurança Social causada pela redução da TSU em 8 pontos percentuais – um imposto sobre as heranças superiores a um milhão de euros, e a consignação da receita de IRC que resultasse do congelamento da taxa atual – seria manifestamente insuficiente e imprevisível (*trocava-se uma receita certa por um incerta e insuficiente*). De acordo com cálculos feitos pelo próprio grupo de economistas do PS essa medida determinaria uma perda de receita para a Segurança Social só no ano de 2016, que aumentaria nos dois anos seguintes, estimada em 420 milhões € (*e isto teria de ser compensado com cortes nas prestações futuras pagas aos trabalhadores, incluindo a pensão de reforma em que se prevê mais um corte de 2,6%*). Metade dos 420M€ – 210 milhões € - entrariam imediatamente nos bolsos dos patrões logo no 1º ano a que se acrescentariam mais 210 milhões € no 2º ano e, no 3º ano, ainda mais 147 milhões €. Somando são mais 567 milhões € de lucros para os patrões à custa da Segurança Social.

**Eugénio Rosa, Economista, 29.4.2015**